

Sobrevivências militantes em *Jamais o Fogo Nunca* de Diamela Eltit

Supervivencias militantes en Jamais o Fogo Nunca de Diamela Eltit

Gabriel Fernandes de Miranda

Universidade Federal Fluminense – UFF – Niterói – Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: O artigo realiza uma aproximação do romance *Jamais o Fogo Nunca*, publicado originalmente em 2007, da autora chilena Diamela Eltit. Estabelecendo o contexto do período pós-ditatorial no Chile sob o signo do consenso, tenta-se demonstrar os modos de interrupção do funcionamento consensual realizados no interior do livro. A pesquisa explora a dimensão dos corpos e da subjetividade militante focalizadas na narrativa, a recirculação da língua revolucionária das organizações de esquerda durante as ditaduras latino-americanas e, por fim, as múltiplas encarnações do cuidado. Argumenta-se que o livro constrói uma perspectiva feminista capaz de revisitar o passado da política clandestina que escapa da renegação do passado. A leitura aqui presente atenta tanto para as estratégias narrativas quanto para os temas que emergem ao longo do livro de Eltit, imaginando sua composição com o recente *estallido social chileno*, em 2019.

Palavras-chave: Subjetividade militante. Língua revolucionária. Diamela Eltit. Literatura e política.

Resumen: El artículo realiza un acercamiento a la novela "Jamais o Fogo Nunca", publicada originalmente en 2007 por la autora chilena Diamela Eltit. Estableciendo el contexto del período posdictatorial en Chile bajo el signo del consenso, se intenta demostrar los modos de interrupción del funcionamiento consensuado realizados en el interior del libro. La investigación explora la dimensión de los cuerpos y la subjetividad militante enfocados en la narrativa, la recirculación del lenguaje revolucionario de las organizaciones de izquierda durante las dictaduras latinoamericanas y, por último, las múltiples encarnaciones del cuidado. Se argumenta que el libro construye una perspectiva feminista capaz de revisitar el pasado de la política clandestina que escapa de la renegación del pasado. La lectura aquí presente atiende tanto a las estrategias narrativas como a los temas que emergen a lo largo del libro de Eltit, imaginando su composición con el reciente estallido social chileno en 2019.

Palabras clave: Subjetividad militante. Lengua revolucionaria. Diamela Eltit. Literatura y política.

1 Introdução

A literatura contemporânea do Cone Sul latino-americano tem explorado de modo plural e consistente os ecos, retornos e continuidades do passado ditatorial. Nas últimas décadas, a presença de narrativas que figuram, buscam e investigam os tempos da repressão tem sido enfatizada na crítica. Esses textos podem ser agrupados na categoria de “literatura dos filhos” (FANDIÑO, 2016, p. 6-7). Ligadas aos movimentos sociais pelos direitos humanos, as Mães da Praça de Maio na Argentina, as narrativas do presente retecem os fios do relato bloqueado pelo terrorismo do Estado a partir daquilo que Elizabeth Jelin chamou de “familismo” (JELIN, 2017). Nesse panorama em que circula ainda o conceito de pós-memória (HIRSCH, 2008), no entanto, me interessa a presença anômala da narrativa da escritora chilena Diamela Eltit, *Jamais o Fogo Nunca*, publicada originalmente em 2007 e traduzida ao português dez anos depois. Este romance em primeira pessoa de tons delirantes se desvia tanto do relato filiativo quanto das discussões em torno da experiência vicária do biopoder ditatorial da “segunda geração”: os filhos de militantes, desaparecidos, vítimas ou colaboradores. A partir dela, seria possível sintonizar um modo de ler atento às figurações e transmutações daquilo que Bruno Bosteels (2016, p. 10) chamou de “arquivo teórico-político”, no interior do qual estaria uma “língua dos 70” (SABO, 2020, p. 801).

Se a circulação literária tem enfatizado certas formas particulares de relato do passado, a conjuntura política do período pós-ditatorial estabelece outras balizas para a revisitação da ditadura e das militâncias revolucionárias dos anos 1970. No Chile de Diamela, a ideia de consenso apareceu como modo de caracterizar o modelo transicional do país, que esteve sob regime ditatorial entre 1973 e 1991. Para Nelly Richard, reconhecida crítica cultural, no esquema macro-institucional da passagem à democracia, haveria um regime de diversidade política calcada na não contradição e na extinção do antagonismo como forma de funcionamento da política (RICHARD, 2021, p. 27). Na sua visão, o encaminhamento de um

cenário político consensual elaborado pelos atores políticos da “*concertación*”, bloco que unia a Democracia Cristã e o Partido Socialista em um acordo de governabilidade, deixava intactas as heranças nefastas da ditadura.

A análise de Richard em 1998 do período pós-ditadura se baseava em uma verificação vocabular da época, na qual o discurso dava forma ao passado: “*Gracias a palabras sin emoción ni temblor, los significados políticos de la memoria en la transición se volvieron casi inofensivos*” (RICHARD, 2021, p. 30)¹. Na crítica de Richard, a escolha do termo “transição” produziria por si só um apagamento das marcas de violência de um outro nome possível para aquele momento, “pós-ditadura” (RICHARD, 2021, p. 30). O tempo inaugurado com o fim do mando pinochetista esteve marcado, segundo ela, por uma imediatez que impedia o olhar ao passado. A inibição da memória nos ex-militantes que tiveram que se adaptar à nova ordem democrática e rebaixar seus horizontes de mudança social levou o processo de transição chileno a se beneficiar dos silêncios para perpetuar uma gestão particular do Capital. Richard escreve sobre a maleabilidade ideológica utilizada pelos ex-militantes:

Desde ya, muchas subjetividades cansadas del disciplinamiento heroico del maximalismo combatiente que ayer les exigía fidelidad militante, prefieren hoy complacerse en las pequeñas satisfacciones neo-individualistas de lo personal y lo cotidiano, de lo subjetivo, como tácticas parciales de retraimiento y distraimiento que crean la ilusión de ciertas “autonomías relativas respecto de las estructuras del sistema” cuando ya no es posible creer razonablemente en su pronto derrumbe. (RICHARD, 2021, p. 32)²

¹ “Graças a palavras sem emoção nem tremor, os significados políticos da memória na transição se tornaram quase inofensivos”. Essa e as seguintes traduções são minhas.

² “Desde já, muitas subjetividades cansadas do disciplinamento heroico do maximalismo combatente que ontem lhes exigia fidelidade militante, preferem hoje comprazerem-se nas pequenas satisfações neo-individualistas do pessoal e do cotidiano, do subjetivo, como táticas parciais de retraimento e distanciamento que criam a ilusão de certas ‘autonomias relativas a respeito das estruturas do sistema’ quando já não é possível crer razoavelmente na sua derrubada imediata.”

Se a passagem da militância ao neoindividualismo parece ser um retraimento da política, para Richard a mudança para o regime consensual da democracia pós-ditatorial é também uma transformação afetiva, na qual haveria “*mecanismos de desapasionamento del sentido*” (RICHARD, 2021, p. 34)³. Entre a língua e a política, incluía-se a afetividade como elemento de embate na construção do passado recente. A crítica cultural Beatriz Sarlo, escrevendo desde o cenário argentino, demarcava uma posição diferente. Anos depois dos ensinamentos de Richard, ela vaticinava contra as narrativas subjetivas do passado: “*Una utopía revolucionaria cargada de ideas recibe un trato injusto si se la presenta sólo o fundamentalmente como drama posmoderno de los afectos*” (SARLO, 2012, p. 91)⁴.

Se Sarlo exagerava na disjunção entre política e afetividade, no cenário chileno descrito por Nelly Richard a extinção do antagonismo na política implicava ainda um acordo em que esse campo [da política estatal] passa ser acessório à gestão do capital (RICHARD, 2021, p. 27). Assim, as tramas do consenso chilenos se encontravam com a perpetuação da gestão neoliberal do Estado, iniciada ainda na ditadura. Disseminando subjetividades como o “cidadão *credit card*” (MOULIAN, 1997 apud SANTOS, 2018, p. 391), que sintetiza a inclusão dos indivíduos na cidadania pelo consumo através do endividamento, o consenso linguístico e afetivo de Richard era também um certo regime biopolítico de produção de subjetividades (cf. HARDT; NEGRI, 2016). Nesse cenário de aprofundamento da ausência de alternativas, no qual o partido do histórico Salvador Allende perpetuava a herança ditatorial, a escrita contemporânea de Eltit aparece como um desvio das tramas do consenso.

Se os autores ligados à literatura dos filhos são caracterizados pela distância geracional das violências e lutas sob as ditaduras, a posição de Diamela Eltit pende à contemporaneidade com o

regime de Augusto Pinochet. Naqueles anos, ela integrou, junto com Lotty Rosenfield, Juan Castillo, Fernando Balcells e Raúl Zurita, o grupo “*Colectivo de Acciones de Arte*”, o CADA, ativo de 1979 a 1985 (cf. NEUSTADT, 2001). Com uma concepção da arte como intervenção no espaço urbano e marcada pelo experimentalismo, o grupo foi pensado por Nelly Richard como partícipe da “*escena de avanzada*”. Ela situava essa neovanguarda artística entre a experimentação conceitual e o esforço pela politização da arte. Utilizando do simulacro, da paródia e uma “*desconfiança analítica*”, as práticas desse agrupamento se distanciavam do niilismo pós-moderno e das “*estéticas da indiferença e do desencanto*” (RICHARD, 2021, p. 146). Assim:

Muy lejos de la ociosidad de esta espectacularización primermundista de la imagen-mercancía, la Escena de Avanzada — inscrita en el contexto de miseria y terror de un país bajo régimen militar — experimentó con los recursos de la crítica postmodernista sin nunca dejar de lado la intención de re-politizar el arte, es decir, de afilar el corte insurgente de formas y conceptos que buscaban socavar las representaciones sociales y culturales del discurso autoritario. (RICHARD, 2021, p. 147)⁵

Nos argumentos de Richard, a arte chilena adquire aquilo que o jargão econômico poderia chamar de “*vantagens comparativas*” em relação às práticas estéticas dos centros globais de produção intelectual. O território sul-americano permite uma conjunção entre polos que, desde fora, pareciam profundamente desconectados.

A politização da arte como ferramenta social passava, nesse panorama, pela busca de estratégias para lidar, opor e contornar a periculosidade da linguagem imposta pela política ditatorial. As obras de “*avanzada*” utilizavam de “*hipercodificação*” para desviar dos mandatos de transparência da repressão

³ “mecanismos de desapasionamento do sentido”

⁴ “Uma utopia revolucionária carregada de ideias recebe um trato injusto se apresentada só ou fundamentalmente como drama pós-moderno dos afetos”

⁵ “Muito longe da ociosidade desta espetacularização primeirmundista da imagem-mercadoria, a *Escena de Avanzada* — inscrita no contexto de miséria e terror de um país sobre regime militar — experimentou com os recursos da crítica pós-modernista sem nunca deixar de lado a intenção de re-politizar a arte, ou seja, de afiar o corte insurgente de formas e conceitos que buscavam socavar as representações sociais e culturais do discurso autoritário”

militar da língua (RICHARD, 2021, p. 148). A língua e o corpo passam a ser territórios da política e se os espaços de poder — militar ou militante — impunham uma certa ordenação da língua e dos corpos, outros agentes eram capazes de ensaiar outras direções.

Paloma Vidal, por sua vez, entende que era a própria ditadura que produzia uma indiferenciação entre vida e política, o que empurrava a arte para um local de produção de alternativas (VIDAL, 2006, p. 43), fazendo da hibridação típica das ações do CADA uma resposta às pressões da conjuntura. Ela destaca ainda o viés “enigmático” (VIDAL, 2007, p. 39) da escrita de *Lumpérica*, primeiro romance de Diamela Eltit, de 1983, cuja ilegibilidade se expande para suas publicações posteriores. Para Vidal, mais do que uma alegoria da derrota, como pensava Idelber Avelar (2003 apud VIDAL, 2006, p. 124) no fim dos anos 1990, a tessitura ficcional dos livros de Eltit efetuará uma resistência à derrota, tanto em *Lumpérica* como em *Los Vigilantes*, livro de 1994 (VIDAL, 2006, p. 124-129). Em texto posterior, Vidal estende a resistência daqueles textos aos modos de ler disponíveis: eles resistem a leituras realistas ou alegóricas, indicando para um espaço intersticial ou uma fuga contínua dos mecanismos de enquadramento teórico que lhe são impostos (VIDAL, 2012, p. 10).

Entre esses modos de ler, talvez haja a possibilidade de retomar a leitura de Nelly Richard que apontava para uma conexão entre política e arte na geração de Eltit. Essa perspectiva implica uma leitura de *Jamais o Fogo Nunca* que atenta às suas intervenções políticas na língua e nos corpos e considera os efeitos da poética performática de sua escritura. Se os problemas teóricos suscitados pela literatura dos filhos seriam a relação entre experiência e narrativa ou entre relato e propriedade, o romance de Eltit exige trabalhar em torno de continuidades e reativações. Orbitando a política militante sem nunca ter militado, mas agindo politicamente e coletivamente por meio do CADA, sua atuação vai mais além da cena da escritura ficcional e permite pensar em modos diferentes de relação entre literatura e memória.

2 Recolocar a língua das esquerdas, reorganizar os corpos

Jamais o Fogo Nunca traz, no século XXI, um movimento que retira do esquecimento a dimensão política e organizativa das esquerdas ao mesmo tempo que propõe uma reflexão da ligação entre vida e política. No livro, uma narradora anônima conta seu presente interrompido e, junto de um homem igualmente sem nome, ela permanece encerrada em um pequeno apartamento. Esse agrupamento sobrevivente, que a narradora chama de “célula”, promove a todo tempo uma indistinção entre os vocabulários político e biológico, como nota Diana Klinger (2018, p. 188).

A distância do passado dos embates políticos é enunciada desde o início do livro: “Passou mais de um século, você percebe? Eu digo, um século inteiro e quebrado, mil anos, uma época que termina praticamente sem ecos, como se não tivesse acontecido, você percebe? Sem final e já é memória.” (ELTIT, 2017, p. 21). E a profusão de durações continua ao longo da narrativa, tornando incertos os marcos temporais e fraturando a própria concepção do tempo: “Já transcorreram, de certa maneira, cinco décadas (não, não, não, mil anos)” (ELTIT, 2017, p. 65).

No entanto, a narradora parece acoçada pela necessidade de lembrar os ruídos sem eco do passado distante. As células, agrupamentos da militância clandestina, se unem e se confundem no seu relato, as cenas da política se unem a cenas da vida privada na forma de embates. Na política, o conflito entre reformismo e vanguardismo armado é lembrado com a distância indefinida de um tempo que parece ter perdido toda sua atualidade. O tempo da espera, no entanto, não se configura como uma oportunidade de rendição, mas como continuidade das escolhas anteriores de um certo modo de militância. Os dois integrantes da célula sobrevivente continuam, no presente da narração, “clandestinos” e se situam “fora, radicalmente” (ELTIT, 2017, p. 34).

Entre as tensões presentes e pretéritas, ao longo do romance ganha evidência a dimensão do cuidado com o corpo. A narradora-protagonista

administra os escassos recursos da célula e explora a descrição minuciosa da comida, em uma estratégia que expõe o biopoder mediado pela nutrição, como já pontuou Monica Barrientos (2019, p. 23). No entanto, essa particular presença da matéria que reproduz o tempo orgânico é também dotada de outras significações: “O arroz parecia com o pão, ambos cumprem sua função de nos proporcionar o sono e o esquecimento” (ELTIT, 2017, p. 20). O esquecimento e a letargia são produtos da decomposição temporal que acomete os personagens, e são, igualmente, estados anestésicos por eles buscados.

A diligência em sobreviver convive com um questionamento da saúde militante, que parece já não ter mais sentido: “Como podemos ter nos entregado àqueles atos sem sentido?” (ELTIT, 2017, p. 39). O modelo subjetivo da militância das esquerdas revolucionárias latino-americanas é caracterizado como um processo de despersonalização, “aquela série opaca e disciplinada em que se reconhece um militante, um verdadeiro militante, tal como nós que seguimos fielmente o traçado dos nossos princípios” (ELTIT, 2017, p. 42). A narradora recupera e questiona esse modelo, imbuído de uma série de valores, comportamentos e compromissos. A subjetividade militante em circulação naqueles anos estava informada, afinal, pela ideia guevarista do “homem novo”, segundo María Olga Ruíz (2015). Essa perspectiva impunha ao socialismo não só um mandato de transformação social, mas uma tarefa de criar novas consciências. Entre os valores inestimáveis desse modelo guerrilheiro da práxis política, estavam precisamente o “*sacrificio permanente, la supeditación de los intereses personales y privados a los intereses colectivos, el coraje, la fuerza, la voluntad*” (RUÍZ, 2015, p. 164)⁶.

No Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), organização que atuava em busca do horizonte revolucionário mesmo antes da eleição de Salvador Allende e que teve grande destaque nas ações contrárias à ditadura militar instalada após 1973, o modelo subjetivo implicava a subscrição a uma ética

de entrega total ao partido e uma atenção especial ao estudo dos escritos clássicos do marxismo-leninismo (RUÍZ, 2015, p. 171). A essa formação intelectual se somava a circulação de valores associados ao caráter e ao corpo, à força e à integridade em direta oposição ao frágil e ao débil (RUÍZ, 2015, p. 172).

A revisão histórica da subjetividade produzida pelo MIR também toca na diferença de gênero. Ruíz reconhece no funcionamento disciplinado e vertical do MIR uma ambiguidade em relação ao espaço feminino. O movimento promovia tanto a ascensão e o papel de liderança das mulheres, quanto a manutenção da desigualdade de gênero. Sobretudo, a política mirista incorria na aquiescência em relação ao questionamento da posição feminina na sociedade (RUÍZ, 2015, p. 176). Corroborando os diagnósticos históricos sobre as limitações e o disciplinamento da figura do militante nas esquerdas sul-americanas, o romance de Eltit explora os limites da modelagem subjetiva daqueles tempos revolucionários. A narradora interpela a formação e o verticalismo da organização clandestina, questiona a prioridade masculina no exercício de papéis dirigentes e aposta em uma visibilização do trabalho feminino mais além da matriz proletária do trabalho fabril.

No interior da ética militante figurada em *Jamais o Fogo Nunca* está o “desejo injustificável: esperar que a história se manifeste” (ELTIT, 2017, p. 42-43). A fidelidade à história já foi lida por José Antonio Soto (2009) como elemento que ajuda a explicar a desorientação dos personagens e o tom delirante da narrativa. Seria o desajuste entre a expectativa da emancipação como garantia da História, que circulou nas esquerdas durante o século XX, e a experiência do fim das certezas a principal tensão encenada nesta ficção de Eltit (SOTO, 2009, p. 126). Se a leitura de Soto evidencia uma política da narrativa oposta aos dogmatismos do tempo utópico e teleológico do arquivo teórico marxista, cabe anotar que há uma ambiguidade da relação entre militância e sobrevivência que permite pensar além da disjunção. Ao longo do romance é a rigidez do modelo ideológico-subjetivo que aparece como fundamento da permanência daquela célula no tempo:

⁶ “sacrificio permanente, a submissão dos interesses pessoais, e privados aos interesses coletivos, a coragem, a força, a vontade”

Continuamos linearmente convivendo com uma época que não nos cabe, cada vez mais enxutos, severos, mantendo um silêncio eloquente diante de tudo aquilo que esteja fora das nossas convicções. Sim, porque mais além dos movimentos vazios ainda que previsíveis que nos regem, está a certeza, a nossa, incrustada no canto militante em que se aloja o perene dos nossos cérebros. (ELTIT, 2017, p. 43)

Como Diana Klinger resume em artigo que aborda o as flutuações do sentido da “vida” no romance: “Se a vida para eles tem se reduzido a um mero cuidado com os corpos, isto é, à manutenção da própria vida, ela *resiste* justamente porque é uma continuidade (‘celular’, ‘orgânica’) com um projeto político” (KLINGER, 2018, p. 191. Grifo da autora). É justamente no atravessamento da promessa política da emancipação que o romance parece romper as distinções rígidas entre ética e política, perfazendo um movimento que, ao revés, faz pensar nas interconexões profundas dessas esferas.

Em artigo que aborda dois outros romances da autora chilena, Paloma Vidal anota que sua narrativa se configura como um “desafio ao pensamento do comum” (VIDAL, 2012, p. 95). Em *Jamais o Fogo Nunca*, a ética militante, flutuando entre um disciplinamento autoritário dos corpos e a força de um ordenamento necessário para a perseverança na luta, é mantida pela narradora, que desafia seu companheiro de célula precisamente por seu reformismo, sua disposição em negociar. A negociação, atividade que sintetiza a política consensual do pós-ditadura, ela entende, encaminhava a célula para seu fim: “Você ia direto à dissolução, ao abandono e ao fracasso mais abismal” (ELTIT, 2017, p. 43). Os desafios de Eltit se encarnam aqui como enunciados que intervêm na língua política.

Ao longo da narrativa, as lembranças da política clandestina são pontuadas pelos arroubos de uma cena traumática definitiva: a morte de um menino, a impossibilidade de levá-lo ao hospital. É em relação a essa morte particular que se pensa o “ato incompreensível de sobreviver” (ELTIT, 2017, p. 46) que passa a assombrar a narradora. Sobrevivência marcada por um pacto de silêncio, que remete a um

outro, aquele perpetuado no tempo instável da pós-ditadura. Nesse tempo confuso, a ética militante é o elemento que garante a reprodução da vida e, logo, da política. Essa reprodução, entretanto, teima em deslizar para a inutilidade devido ao isolamento e a profunda atomização da célula no interior do espaço privado da casa.

Em *Jamais o Fogo Nunca*, a política adentra a domesticidade do lar no encontro confuso entre composição familiar e organização política. Essa entrada, no entanto, é ambígua, já que o encerramento da célula torna inefetiva a língua política, suas técnicas e suas práticas. A relação com o presente e com o “fora”, por exemplo, passa por uma velha capacidade analítica: “Atuamos cumprindo nosso labor de militantes. [...] Analistas de títulos, de parágrafos, de seções cruzadas, de sincronismos e diferenças, de matizes, de suspenses, a insaciável repetição de uma notícia, a manipulação grosseira” (ELTIT, 2017, p. 48). A militância não é só forma de vida ou disciplina da sobrevivência, mas um método particular de leitura do mundo e dos textos, é uma “*forma de leer y de vivir la realidad*” (RUÍZ, 2015, p. 167)⁷. O papel intelectual do militante se confunde com o do analista e, quem sabe, como pensava Bruno Bosteels (2016), com o do detetive.

O singular mistério da morte do menino permanece enevoado mesmo ao fim da narrativa, agravado pelas dúvidas que a narradora semeia em relação ao próprio estatuto do casal, se vivos ou mortos. Mais do que descobrir o que ocorreu, então, a leitura de *Jamais o Fogo Nunca* pode se formar como uma atenção a seus temas. O segredo da narradora, seu trauma que retorna em rasgos delirantes da narração, insere no romance a presença da maternidade. Uma maternidade perdida, bloqueada pela clandestinidade e, sobretudo, pela ordem de seu companheiro de célula. A morte do menino decorre de uma interdição do socorro que tem caráter duplo. Ela é tanto uma produção do poder masculino do companheiro, que acredita que o “menino era uma falha, falha minha, minha teimosia, uma compreensão malévola da história que deixava cair por terra o dever

⁷ “Forma de ler e de viver a realidade”

da nossa militância” (ELTIT, 2017, p. 107) e a impede de levá-lo ao hospital, quanto consequência da ameaça de violência do Estado ditatorial. No embate entre essa vida incipiente e a preservação da célula, ganha esta última, misto de organicidade e organização.

A maternidade bloqueada da protagonista anônima pode funcionar, como já argumentou Gustavo Carvajal (2020), como um desvio de modelos disseminados de relação entre maternidade e política ditatorial. Sem lamentar sua perda no espaço público e falhando em se encaixar na figura da mãe protetora — mobilizada sobretudo pelas Mães da Praça de Maio — “*la novela enfatiza la imposibilidad de acceder a una explicación definitiva sobre el pasado traumático y el rol de las mujeres en los movimientos guerrilleros.*” (CARVAJAL, 2020, p. 306)⁸. Oscilando e fraturando as rígidas imposições da militância ou da maternidade, a narradora anônima não deixa de exercer os papéis a ela destinados, mas o faz com desvios e questionamentos que permitem pensar em uma resistência particular aos modelos. Uma prática que não se dá pela ruptura, mas por certos usos e reformulações de seus hábitos. Lendo o trabalho crítico e ficcional de Eltit, Claudete Daflon lê esse modo como uma tendência em sua produção: “Em vez da valoração moderna de categorias como ‘novo’ e ‘ruptura’, o experimental, para a ficcionista, surge da conexão com a produção literária e a sociedade em que se insere.” (DAFLON, 2022, p. 146). Não me arriscando a diagnósticos mais gerais da obra de Eltit, penso que uma forma particular de “impropriedade” (cf. GARRAMUÑO, 2014) circula em *Jamais o Fogo Nunca*, explorando os múltiplos valores semânticos desse vocábulo. Entre a propriedade como expectativa de atuação e como elemento basilar do processo do Capital, o romance ensaia aproximações do Comum que extrapolam o passado ditatorial para tocar a temática de gênero mais além dos confins do passado traumático sul-americano

No livro, a sobrevivência da célula é também a sobrevivência de uma língua comum, cuja fragmentação

denota seu anacronismo. No entanto, o retorno desse código no romance implica ao menos uma poética do resto. A língua da militância e o arquivo de leituras marxianas retornam como cacos de falas e fragmentos de citações lembrados pela personagem. A reprodução do acervo ideológico se mostra como uma outra imposição:

Devemos, assim você disse, tomar cuidado com os desviacionismos que nos perseguem. Sim, respondi, por toda parte nos perseguem. Por esse motivo, eu disse, você tem que lembrar que: ‘Todas as relações de propriedade sofreram constantes mudanças históricas, contínuas transformações históricas’.” (ELTIT, 2017, p. 59).

A papel da protagonista como copista estabelece relação direta entre política revolucionária e reprodução dogmática de certos saberes. No entanto, a narradora desejava uma outra posição no interior da organização: “Querida participar a partir de um lugar menos opaco ou submisso.” (ELTIT, 2017, p. 60). A personagem rememora, com culpa e dúvida, as suas quebras da norma. Ela aparece como a voz dissonante da célula, da disposição perfeita e incontestada das “aptidões”: “[...] nesse dia, corroída por um mal-estar que eu era incapaz de localizar, perguntei com um tom altivo, que hoje reconheço como inaceitável, sobre a necessidade de nos conectarmos às bases.” (ELTIT, 2017, p. 61). Ela ainda coloca em dúvida a estratégia do isolamento e a autonomização causada pela clandestinidade. Sua voz parece buscar a saída de uma tendência à transcendentalização representativa do fazer político e, ao mesmo tempo, põe em dúvida a efetividade da política vanguardista.

As lembranças de suas intervenções fluem entre a culpa e a necessidade, em um modo de retorno ao passado que difere dos tons épicos de uma memória testemunhal da militância. Ao mesmo tempo, esse retorno diferido coloca em circulação, uma vez mais, as cenas da clandestinidade, retirando o véu de silêncio que as encobriam. Encerrando os apaziguamentos consensuais que emolduram o passado recente sul-americano como um embate entre repressão e resistência, a exploração do

⁸ “o romance enfatiza a impossibilidade de aceder a uma explicação definitiva sobre o passado traumático e o papel das mulheres nos movimentos guerrilheiros”

passado militante também abraça o retorno conflituoso dos companheiros. Em diversos momentos, a ambiência claustrofóbica e solitária do quarto se abre para a companhia inesperada de figuras que ocupam uma posição intersticial entre a lembrança e o fantasma: “(Martín agora mesmo se adianta, está parado aos pés da nossa cama, desfigurado, negando as minhas palavras, reiterando neste século suas mentiras)” (ELTIT, 2017, p. 16). Esses espectros militantes julgam e fazem demandas à narradora, mas também a auxiliam na tarefa da rememoração. Essas presenças atingem seu ápice no encerramento do livro, quando elas parecem querer invadir a cama do casal, forçando um conflito naquela célula sobrevivente.

Entre os desencontros e tensões dessa sobrevivência em conjunto, a voz da narradora faz irromper o passado da organização revolucionária, remontando às posições ocupadas por cada um naquela estrutura. Ela, analista linguística marcada pelo dogmatismo da organização, enuncia, em lampejos, trechos do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels. Ele, um quadro importante de liderança, se apoia na expertise da companheira enquanto reproduz hierarquias de gênero no ambiente passado das antigas células militantes ou na cena doméstica do presente da narração. A perspectiva feminina posta em cena pela narradora performa uma crítica das práticas da esquerda clandestina que, no entanto, não significa um abandono generalizado do projeto de emancipação ou de seu vocabulário.

Uma outra lógica que não a da renegação (BADIOU, 2008) aparece em diversos momentos do livro. Em um desses, a célula é figurada pela narradora em uma longa espera que suspende o tempo:

Uma célula suspensa que se mantém em estado larval, aparentemente desativada, uma aparência enganosa, porque sabemos o que sabemos: que temos, sim, certas habilidades importantes, embora os ossos, os nossos, milenares, sejam pressionados por calcificações desagradáveis ou embora o olhar que pertence ao nervo óptico não consiga a composição correta das imagens, ainda somos uma célula, sabemos disso, desativados e larvais ou quase cegos,

imperfeitos, mas sólidos, não? (ELTIT, 2017, p. 125)

A suspensão do tempo, que pareceria desativar qualquer possibilidade de intervenção ou reativação das lutas e promessas contidas na esquerda “celular”, é contornada pela afirmação de sua pertinência. A célula permanece e aguarda, em estado larval, pelo seu acionar. Suas promessas e seus horizontes, portanto, não estão definitivamente encerrados, mas apenas em um estado de menor atividade.

Esse estado larval da célula, e que penso ser extensível à língua revolucionária, pode ser pensado como uma instância daquelas “existências mínimas” pensadas pelo filósofo David Lapoujade (2017). Ocupando um espaço intersticial e esperando apenas uma atuação decisória capaz de atualizá-las, esses pequenos lampejos imaginados por Lapoujade parecem ser o modo de existência de um passado silencioso e clandestino como aquele dos militantes de *Jamais o Fogo Nunca*. Logo, a dimensão ínfima do potencial político da célula transforma a visão do futuro. A expectativa da emancipação não é mais uma certeza ou uma promessa a ser realizada pelo correr natural do tempo. Abandonada a teleologia, os fragmentos e restos do passado revolucionário da América Latina podem se conjugar em uma outra composição para um tempo de contingência e determinação, como argumentou Cecília Idiart (2016, p. 135).

Nessa outra teoria da militância na qual a teleologia é substituída por aquilo que o teórico da política argentino Damián Selci (2020) chama de “insubstância”, o trabalho político de investigação e de diagnóstico da conjuntura é caracterizado por seu excesso e sua inutilidade. Os erros e os perigos são assombrosos e parecem dominar todo o passado de atuação política. Nesse balanço, o homem pergunta à narradora o sentido da reconstrução da derrota. A mulher protagonista, não obstante, responde com outras perguntas: “Mas houve triunfos?, eu lhe pergunto, ao menos uma vitória?, qual célula foi bem-sucedida ou sadia?, em que espaço conseguimos contribuir?” (ELTIT, 2017, p. 85). Aqui, a voz feminina

segue sendo dissonante com o mandato masculino. Se para ele é infrutífera a tentativa de rever o passado, ela propõe uma relação com este mais além da continuação da derrota. Sua enunciação diminui o escopo maximalista da pretensão revolucionária que estava em jogo nos anos ditatoriais para retomar os pontos efetivos, as pequenas conquistas da forma de vida militante.

O mandato masculino, no entanto, se funde na transformação da instância de narração. Logo em seguida, a narradora conta já em um “nós” indistinto: “Temos que manter clandestinos nossos próprios atos, ainda diante de nós mesmos.” (ELTIT, 2017, p. 85). Essa introjeção do isolamento subterrâneo da política aponta para um bloqueio da reprodução daquela língua de esquerda que reaparece ao longo do romance. De certo modo, a narração delirante e fragmentária da narradora quebra essa ordem de silêncio. É a fala imparável da personagem que recoloca os mundos esquecidos das esquerdas no presente. A escrita e o livro constroem, de modo desordenado e desmembrado, o relato das organizações revolucionárias, atentando para suas características compartilhadas, seus limites, seus erros e sua derrota. O efeito dessa intervenção no presente é sintetizado nas palavras da narradora mesma: “Mas se falássemos, você sabe, poderíamos desordenar” (ELTIT, 2017, p. 86).

A palavra, desagregada e decomposta, carrega ainda uma potencialidade desordenadora na contemporaneidade. É a promessa imaterial de um resquício de força dessa célula que, de outro modo, aparece como instância de precariedade. O arquivo revolucionário e a língua destroçada da militância se fundem com aqueles corpos em decomposição. No entanto, ambas as dimensões seguem carregando algum lastro de potência. A vida, reduzida quase à sua essência, segue seu movimento, enquanto a matéria linguística ainda promete uma desagregação do consenso pós-ditatorial.

Se a publicação dessa narrativa em 2007 esburacava a trama discursiva do consenso por meio da reintrodução dos cacos e restos da língua revolucionária das décadas de 1960 e 1970, o

presente chileno enuncia uma retomada desse mesmo passado. No “*estallido social*” de 2019, as ruas de Santiago se tornaram campos de batalha, em uma aparição a mais daquela potência destituente que irrompe ciclicamente na América Latina — em 2001 em Buenos Aires, 2013 no Rio de Janeiro ou 2023 em Lima. Naqueles protestos, suspensos pela pandemia de COVID-19 e momentaneamente derrotados pela recusa popular de uma reforma constitucional em 2022, retornaram à cena gestos e palavras que pareciam desaparecidos. Escrevendo sobre os encontros temporais daquele acontecimento, Nona Fernández, reconhecida escritora chilena, narrava:

El ejercicio político resucitó en la calle, en la conversación larga de la esquina, en la sesión del cabildo de la plaza, en nuestras asambleas barriales, sectoriales, comunitarias, domésticas, y aparecieron nuevas ideas, propuestas, discursos, hablas, miradas que no habían sido atendidas y que, en parte, hacían eco de aquel programa anunciado en 1970. (FERNÁNDEZ, 2020, p. 77)⁹

Como um fenômeno acústico, a língua dos 70 e as reivindicações da via chilena ao socialismo retornam, rebatendo em outros corpos e outras sedimentações sociais. A circulação diferida desses imaginários atesta para o estatuto de potencialidade que eles detinham até sua atualização. Lido no presente pós-*estallido*, *Jamais o Fogo Nunca* é também uma peça na composição desses encontros temporais. O esforço da narradora em lembrar e seguir falando uma língua que parecia morta faz pensar na prática do relato como uma transmissão do legado interrompido pelas décadas ditatoriais.

Afinal, apesar dos bloqueios que o companheiro de célula impõe à rememoração, a narradora segue tecendo o fio narrativo, conectando o passado, divagando e rememorando seus atos. Nessas lembranças, o panteão de figuras heroicas é lembrado, “figuras frias, mas não, não obsoletas e

⁹ “O exercício político ressuscitou na rua, na conversa longa da esquina, na sessão do cabildo da praça, nas nossas assembleias de bairro, setoriais, comunitárias, domésticas, e apareceram novas ideias, propostas, discursos, falas, olhares que não haviam sido atendidas e que, em parte, faziam eco daquele programa anunciado em 1970”

muito menos equivocadas.” (ELTIT, 2017, p. 122), a narradora insiste em permanecer com a fortaleza dessas figuras não nomeadas, mas que podemos supor se tratar de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. Desse modo, emoldura suas críticas e suas intervenções como uma continuidade com sua própria formação revolucionária. O passado distante e a lenta perda de sentido e de prestígio das figuras que o sintetizavam não é suficiente para enterrá-los em definitivo. A narradora aproveita essa memória para adicionar o impensado nesse arquivo teórico: “Mas nunca, nunca pensei no funcionamento autônomo do corpo, sua surpresa cíclica e sua catástrofe.” (ELTIT, 2017, p. 123). O corpo, então, cuja presença no romance é central, como um ponto inexplorado da tradição revolucionária, como um ponto da ação política surpreendentemente frágil e sólido a um só tempo.

A menção ao corpo abre o espaço para o relato do destino de seus companheiros de célula, já que era o corpo o objeto do poder repressivo ditatorial. Paralelamente, as decisões em relação a ele eram, no campo da esquerda, delimitadas pela despersonalização da subjetividade militante e pelo mandato sacrificial. As aparições incertas dos mortos, que retornam ao espaço fechado da célula, resultam em um plano que beira a desapareição: “Já todos formamos a anônima superfície dos quadros mortos de outro século” (ELTIT, 2017, p. 124), em uma generalização que convida a pensar nas possibilidades alegóricas do enredo dessa célula anônima de *Jamais o Fogo Nunca*. O romance de Eltit encaminha para uma desapropriação do passado que une a série anônima dos desaparecidos. O passado, seu caráter catastrófico e a série de perdas humanas que ele carrega, aparece como plano comum, compartilhado. E se a menção ao “outro século” distancia essas mortes do presente, as aparições destas no relato dessa narradora insistente recompõem algumas das singularidades ali inclusas, colocando-as de novo em circulação.

O passado e os desaparecidos funcionam como “existências mínimas”, tal como o estado de espera do agrupamento celular da narradora. Nesse

caso, é preciso se perguntar pelos modos possíveis de “atualização” para esses restos pretéritos. No livro de Eltit, a ficção encontra uma minuciosa atenção aos gestos corporais que indicam um caminho plausível. A ênfase na performance dos corpos ao longo do livro — característica da escrita de Eltit que antecede esse romance em particular — faz pensar em uma atualização do passado que passa pela sua dramatização. Reencenar o passado, repeti-lo em diferença e em um outro espaço, parece ser a alternativa que resume o modo de funcionamento de *Jamais o Fogo Nunca*. A reencenação, pensada como fenômeno geral, é um método de retorno do passado que atravessa diversas esferas ligadas à história, como resume Vanessa Agnew (2004). Essa pesquisadora pensa as reencenações ligadas sobretudo a grupos que se reúnem para reencenar episódios particulares do passado, como os grupos de encenação da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. No entanto, suas reflexões podem ser transpostas para o espaço literário do romance de Eltit. Afinal, ali também há uma preocupação com o cotidiano e uma ênfase no corpo como ferramenta de conhecimento da história (AGNEW, 2004, p. 330-331).

Se nos *reenactments* históricos que povoam o presente há uma tentativa de cumprir “as promessas falhas da história acadêmica” (AGNEW, 2004, p. 330. Tradução minha) de entretenimento e autoridade, na prosa de Eltit a reencenação passa ao largo da verossimilhança realista da historiografia ou do romance histórico sem deixar de pleitear um alcance próprio do passado. Sua atenção aos gestos e sua revisitação calculada do passado evidenciam a distância temporal e o caráter construído da representação de tempos que já não são. Nessa reencarnação das ações pretéritas e na re-enunciação de suas palavras, algo ocorre. Os corpos e a letra introjetam em si mesmos os fragmentos temporais. “São e não são” (LUDMER, 2013) formas retornadas do passado no presente.

Aqui, o biopoder que incide sobre os corpos produz certos hábitos, como lembra Idiart (2016, p. 134). O conceito de hábito, herdado da sociologia de Pierre Bourdieu, foi utilizado por Jon Beasley-Murray

(2010) como noção que auxilia o desvio das análises que dependeram da noção de ideologia. O hábito, agindo no nível do corpo, seria uma forma de dominação mais além dos dispositivos de “falsa consciência” pressupostos pela teoria da hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 2001). O livro de Murray, *Posthegemony*, buscava, afinal, uma fuga das teorias ideológicas do poder e de uma política ligada à consciência em direção a uma afirmação da prioridade dos afetos e do corpo, mesclando literatura e conjuntura em suas análises. Seu uso do hábito ajuda a ler *Jamais o Fogo Nunca* a partir de uma ênfase na corporalidade do poder e das subjetividades. No argumento de Beasley-Murray, a reprodução dos hábitos carregaria, apesar da ênfase de Bourdieu na reprodução, um potencial de quebra e de emergência do novo. Ele sintetiza:

Habit suggests that things could be different (because they always once were different). [...] The persistence of habit ensures historical memory, but it is also an ethical claim on the future. Habit is both a reminder of the past and the kernel of what is to come. Hence habit leads us to the multitude: a social subject that gains power as it contracts new habits, new modes of being in the world whose durability is secured precisely by the fact that they are embodied well beneath consciousness. (BEASLEY-MURRAY, 2010, p. 178)¹⁰

Talvez não seja por acaso que o capítulo destinado a essa leitura a contrapelo de Bourdieu seja modulado precisamente pela conjuntura política do Chile imediatamente após a ditadura de Pinochet e se intitule “Chile 1992”. Nesse mesmo capítulo, outro livro de Eltit, *El padre mío*, funciona como lente de leitura para o Chile da *concertación* (BEASLEY-MURRAY, 2010, p. 186).

Em Beasley-Murray, o encontro entre Bourdieu e o Chile dá esteio a conceber um modo de funcionamento para o conceito de “multidão” de Hardt

¹⁰ “O hábito sugere que as coisas podem ser diferentes (porque elas sempre foram diferentes uma vez) [...] A persistência do hábito garante a memória histórica, mas é também uma reivindicação ao futuro. Hábito é tanto a lembrança do passado quanto a semente do porvir. Logo, o hábito leva à multidão: um sujeito social que ganha poder na medida em que contrai novos hábitos, novos modos de ser no mundo cuja durabilidade é garantida precisamente pelo fato de que eles são incorporados muito abaixo da consciência”

e Negri. Ele escreve: “*Moreover, in that habitus is a collective disposition, it suggests mechanisms for the formation of collective subjectivities whose cohesive principle is resonance rather than identity, expansive inclusion rather than demarcated difference*” (BEASLEY-MURRAY, 2010, p. 188. Grifo do autor)¹¹.

O processo de erosão dos condicionamentos militantes na perspectiva feminista da narradora de Diamela Eltit se completa pelo desvio do caráter reprodutivo do hábito. Os gestos militantes e os vocábulos do passado revolucionário ressurgem diferidos, já em grande parte esvaziados de seus sentidos ideológicos. A perpetuação dessas operações corporais e da língua, no entanto, servem a uma exposição da sua origem imposta, construída. É a reencenação que opera uma exposição das fissuras nos hábitos, no momento de vacilação dos gestos, permitindo o avizinhamo de outros usos corporais a serem inventados.

Já a recirculação do vocabulário revolucionário presente no romance pode ser lida de dois modos. Pensado no presente, ela é um retorno diferido ou crítico do “arquivo teórico-político” (BOSTEELS, 2016, p. 10) das esquerdas clandestinas, cuja aparição se dá como fragmentos de uma língua morta, derrotada. Nesse registro, as palavras que se repetem ao longo do livro como “célula”, “organização” ou “quadro”, seriam partes desconexas e incompreensíveis do passado, mostrando uma quebra irremediável na cadeia de sentido do arquivo vocabular que circulou entre as décadas de 1960 e 1970.

Esse modo de leitura aparece em resenha feita por Patricio Pron na ocasião da publicação de *Jamais o Fogo Nunca* na Espanha, em 2013. Ali, ele enfatizava uma negatividade à limitada circulação da língua revolucionária: “*Al tiempo que los personajes siguen concibiéndose como células y privilegiando la clandestinidad y el secreto, se van encerrando paulatinamente en una lengua privada que ya no sirve*

¹¹ “Além do mais, uma vez que o habitus é uma *disposição coletiva*, ele sugere mecanismos para a formação de subjetividades coletivas cujo princípio coesivo é a ressonância e não a identidade, a inclusão expansiva antes que a diferença demarcada”

para dar sentido a la experiencia” (PRON, 2013)¹². A própria autora parece crer nessa primeira leitura de seu romance que enfatiza a privatização da língua militante. Em entrevista sobre *Jamais o Fogo Nunca* ao projeto brasileiro História da Ditadura ela reforça a ideia de que a língua falada pelo casal já não é mais presente na vida social (cf. ELTIT, 2022).

Em outra perspectiva, a recolocação em circulação da língua revolucionária reinsere no presente a força do passado, ainda que desacompanhada do movimento organizado que a manteve relevante. Desde essa perspectiva, a língua do romance quebra as amarras do consenso que impõe seu próprio vocabulário à fala social. O retorno da célula e da revolução, age como espectro e como interrupção do tempo neoliberal. O passado que parecia enterrado é vasculhado uma vez mais. Contudo, ele não aparece como reabilitação heroica da esquerda clandestina, mas como exploração biopolítica de suas fissuras. A política da língua e dos corpos ou o desafio, como pensava Paloma Vidal, de *Jamais o Fogo Nunca* apontariam para uma transformação do passado em Comum. Não como totalidade homogênea ou elegia da esquerda perdida, mas como uma desapropriação do passado que permite demarcar os limites do projeto político derrotado.

Desde uma perspectiva mais alinhada à filosofia da comunidade do italiano Roberto Esposito, Cecília Idiart pensa o livro de Eltit como uma produção na qual: “*Lo común se elabora en el cruce de materias y afectos que iluminan una temporalidad precaria de cuerpos vulnerables y en trance de descomposición, pero que aún cargan con ‘un hálito de vida’ irrenunciable*” (IDIART, 2016, p. 137)¹³. E Monica Barrientos converge nesse diagnóstico ao incluir *Jamais o Fogo Nunca* na sua tese da existência de uma “pulsão comunitária” nas ficções de Diamela Eltit: “*Como célula comunitaria (im)política, no tienen*

¹² “Enquanto os personagens seguem concebendo-se como células e privilegiando a clandestinidade e o segredo, vão se fechando paulatinamente em uma língua privada que já não serve para dar sentido à experiência”

¹³ “O comum que se elabora no cruzamento de materiais e afetos que iluminam uma temporalidade precária de corpos vulneráveis e em transe de decomposição, mas que ainda carregam ‘um hálito de vida’ irrenunciável”

intención de reorganizarse, ni un plan futuro de restructuración, sino que su misión es negarse a desaparecer” (BARRIENTOS, 2019, p. 23)¹⁴.

Unindo materiais, ou insistindo na tarefa impossível de não desaparecer, a célula bio-política da ficção de Eltit se encarrega ainda de unir o hermetismo do jargão à enfática centralidade da teoria nas esquerdas, visível pela centralidade da citação no trabalho militante da narradora. A hegemonia patriarcal e soberana do modelo organizacional-militar das esquerdas de então é cindida pela voz da narradora que questiona e interrompe a autoridade de seu companheiro de célula na mesma medida em que enuncia dores e queixas corporais que desafiam os hábitos impostos por uma estreita concepção da corporalidade militante. Do mesmo modo, a “maternidade monstruosa” (DAFLON, 2022, p. 143) da narradora ensaia outros sentidos para a reprodução biológica da vida.

3 Trabalho de cuidado, trabalhos da memória

Para fora da claustrofóbica célula, há momentos em que a narração se move, nos quais monta-se uma perspectiva feminista que, no desenrolar da trama, não abandona certas categorias fundamentais da crítica da economia política de tradição marxista. A narração sai do espaço fechado do quarto para acompanhar o trabalho da protagonista-narradora como cuidadora de idosos fazendo cessar os retornos do passado e suspendendo o tom delirante que domina a narrativa durante os momentos “celulares”. Em um linguajar técnico e com uma espessura realista que se atenta aos detalhes, Eltit produz um paralelismo entre o trabalho de cuidado feito fora de casa, sobre corpos decrepitos que ocupam os limiares indistintos entre a vida e a morte, e o cuidado com a reprodução da vida da célula e de seus integrantes. Aqui, a categoria de trabalho é expandida para além das fronteiras da fábrica ou do campo, típicas do pensamento das esquerdas armadas da década de 1970. Ao invés, a

¹⁴ “Como célula comunitária (im)política, não têm intenção de se reorganizar, nem um plano futuro de restructuración, senão que sua missão é negarse a desaparecer”

expansão do mundo do trabalho permite ver que a *reprodução da vida* é também uma dimensão de exploração mediada não pela propriedade dos meios de produção, mas por uma sobre-exploração de gênero.

A narradora se distancia daqueles corpos decrépitos que a desafiam nas suas tarefas. O cheiro fétido do encerramento e da ausência de cuidado se une a descrições das peles flácidas, em um desafio que se transfere ao leitor. Aqui, a condição mediada da vida é enfatizada, assim como sua tendência à dissolução “celular”. O fardo do cuidado não é um gesto de amor ou naturalmente feminino, mas uma série particular de técnicas e ferramentas. Nesses momentos, a materialidade do trabalho de reprodução transforma a narrativa: o tom delirante e ensimesmado utilizado na narrativa da célula é abandonado nesses lampejos de trabalho. A descrição pormenorizada, que já aparecia em relação aos corpos celulares do casal, se transmuta em uma operação que dá visibilidade ao ofício.

Na primeira aparição do trabalho remunerado da narradora, lemos:

Mas eu já a tenho coberta pela água e cuido para que sua cabeça não fique exposta ao golpe do jorro. Desvio o curso da água e impregno de sabonete a esponja, a que eu comprei pessoalmente, a melhor, e a deslizo com energia pela parte interior de suas coxas. Mesmo sem olhar seu rosto, sei que ela permanece de olhos fechados. Sempre. Espremo e espremo a esponja com a qual limpo suas coxas, até ter certeza de que escorreu, junto com a água, o último resto de cocô que ainda permanecia em seus genitais. Volto a passar a esponja, desta vez sem sabonete, para deixá-la pulcra. (ELTIT, 2017, p. 51)

A narração sai da oscilação entre a primeira pessoa do plural e a segunda pessoa, para adentrar o universo mais próximo da primeira pessoa singular. O uso do presente e a descrição pormenorizada alargam o tempo das ações e empurram o leitor aos meandros obscuros do trabalho de manutenção da vida, para a cena íntima da limpeza. Entre esses outros restos orgânicos — a urina, as fezes — a narradora ordena e tem controle de seus movimentos, abandonando o modo incerto de narrar que povoa as páginas do

romance. O saber técnico se desvia da política revolucionária para a dimensão do corpo, do cuidado.

Curiosamente, a dimensão do trabalho do romance segue inexplorada na crítica. Sobre a cena citada acima, Patricio Pron, na sua já citada resenha do livro de Eltit, prefere ironizar. Para ele, os leitores “*tendrán dificultades para interesarse en una descripción de ocho páginas sobre cómo se baña a una anciana inválida [...]*” (PRON, 2013, s.p). A ausência de atenção a essas passagens extracelulares de *Jamais o Fogo Nunca* parece indicar para a perda de prestígio do marxismo nas esquerdas e nas humanidades diagnosticada por Enzo Traverso (2018). A temática, tratada de forma extensiva no romance, desaparece na cena da crítica como sintoma de um campo de invisibilidade ligado precisamente à língua que a narradora recoloca no presente.

O ambiente celular e os ambientes escuros do trabalho remunerado de cuidado se unem na figuração de funções sociais marginalizadas — aquela da “dona de casa” e dos cuidadores e cuidadoras de idosos — que dialoga com a trajetória autoral de Eltit de ênfase nas margens (VIDAL, 2006, p. 117-118). Aqui, o livro parece incorporar na sua ficção o debate teórico de algum feminismo marxista contemporâneo aos grupos armados como o MIR, os Montoneros ou a ALN no Brasil. Naquele mesmo momento da década de 1970, Silvia Federici escrevia textos argumentando pelo valor de trabalho para a reprodução da vida realizada na invisibilizada intimidade do lar. Em “Salários contra o trabalho doméstico”, de 1975, a reivindicação em estilo de manifesto passa por um diagnóstico de configuração do mundo do trabalho. São os salários que permitiriam tornar visível o trabalho afetivo, reprodutivo e produtivo das mulheres no interior da casa (FEDERICI, 2019, p. 48). A condição das mulheres, que aparentemente estariam fora das relações do Capital, se revela basilar para a manutenção da sua hegemonia, uma vez que estabelece uma divisão dentro da própria classe trabalhadora (FEDERICI, 2019, p. 47). Para sair da “querela privada do quarto-cozinha” (FEDERICI, 2019, p. 43) o trabalho oculto da reprodução social da vida

deveria ser posto em comum, visibilizado pela ferramenta política do salário.

Nesse sentido, o romance constrói uma figuração dupla da mesma atividade de cuidado, oscilando entre a cena celular e o trabalho com outros corpos no limiar do vivente. Mas é pela aparição da instância remunerada que é possível vislumbrar o caráter arbitrário da subtração do trabalho feminino na cena doméstica. A duplicidade do trabalho de *Jamais o Fogo Nunca* encosta na definição de Maurizio Lazzarato revendo a teoria marxista do valor. Para ele, a categoria do trabalho, pensada no interior da economia é, em realidade, política, ou seja, fruto de uma decisão e de uma luta entre classes distintas. A variação entre trabalho assalariado e trabalho gratuito das mesmas atividades corrobora esse diagnóstico. Um de seus exemplos deixa evidente o paralelo com o livro de Eltit:

El “trabajo” doméstico realizado por una mujer casada no es trabajo y no merece por lo tanto un salario. El mismo trabajo realizado por una “empresa de tareas domésticas” es productivo y merece un salario. La actividad doméstica está atrapada en relaciones de poder donde una clase (“hombres) domina y explota a otra clase (las mujeres) y puede decidir cuál trabaja y cuál no trabaja. (LAZZARATO, 2022, p. 196)

Evidenciando a arbitrariedade da fronteira, o romance de Eltit performa uma revisitação de um dos fenômenos centrais no pensamento marxista e questiona as disputas por poder que a fundam. Penso, então, que o retorno do marxismo é múltiplo: ele é tanto um retorno da língua e do passado da luta revolucionária, quanto a exploração, desde uma perspectiva feminista, dos mundos do trabalho.

Oscilando entre corpos em decomposição que apontam para os efeitos do biopoder e para uma potência vital que sobrevive ou remontando aproximações da esfera da produção no espaço domiciliar, a narrativa de Eltit impele a um reajuste na leitura. Ao montar o paralelo entre o trabalho remunerado de cuidado realizado pela narradora e o trabalho dentro de sua própria célula, o romance de Diamela dá a ver a indistinção entre as duas formas de trabalho de manutenção da vida. Ao focalizar uma

instância invisibilizada no discurso e nas práticas revolucionárias das esquerdas dos 70, a narrativa não implica um abandono total e absoluto do horizonte de emancipação daquelas células. Desde essa leitura, a derrota não aparece como fenômeno definitivo e transhistórico, mas re-historiciza as condições e limites daquele conteúdo político que foi o ponto de embate entre os regimes militares e as esquerdas armadas na América Latina.

A literatura funciona, talvez, como espaço em que a reencenação do passado encontra os influxos teóricos do presente. A militância retorna, resistindo ao desaparecimento, e se relacionando de modos não proprietários com a vida orgânica, o mundo do trabalho, as margens sociais e as formas de vida engendradas e resistentes ao consenso neoliberal. A perspectiva feminista parece ser a posição capaz de sintetizar essa série imprevista de materiais e cacos do passado das esquerdas sul-americanas. É ela, portanto, que faculta uma revisitação das lutas da clandestinidade mais além da rumação da derrota como fato incontornável.

Enzo Traverso (2018) teorizou um modo particular de relação com o arquivo das lutas e derrotas da esquerda revolucionária do século XX que pode ser aproximado de *Jamais o Fogo Nunca*. A “melancolia de esquerda” por ele defendida, seria distante tanto da posição resignada e derrotista que presume o fim irreversível dos horizontes de transformação social quanto da confiança teleológica no progresso em direção ao comunismo. Ele resume:

A melancolia de esquerda não significa o abandono da ideia de socialismo ou da esperança num futuro melhor; significa repensar o socialismo numa época em que sua memória está perdida, escondida, esquecida, e precisa ser redimida. Essa melancolia não significa o luto de uma utopia perdida, mas um esforço em repensar um projeto revolucionário em uma era não revolucionária. (TRAVERSO, 2018, p. 66)

Tentando escapar da patologização da relação com o passado presente na disjunção freudiana entre luto e melancolia, Traverso pensa em termos benjaminianos um retorno ao revolucionário. A reencenação presente

no livro de Eltit, no entanto, escapa da tarefa de redenção pensada pelo historiador italiano. Antes, a perspectiva feminista em jogo em *Jamais o Fogo Nunca* pode ser pensada mais afim com a ideia de “esforço” presente no trecho acima.

A repetição ritmada das cenas de trabalho ao longo do livro habilita a leitura das tentativas de rememoração do passado por parte da narradora como mais uma encarnação do trabalho. Manter viva a célula passa também por revisitar seu passado, pelo trabalho de lembrar as consignas, de recolocar ou manter em circulação a língua revolucionária de anos já idos. Essa operação transforma o passado em matéria Comum, mas não como fundo ontológico descoberto por uma operação negativa. Antes, o passado é produto de um labor particular, um esforço que não é heroico nem épico, mas que se aproxima da perspectiva contagiante daquilo que Damián Selci (2020) chama de “responsabilidade absoluta”. O isolamento da narradora talvez possa ser rompido pelo desempenho de uma atitude somatória. Saindo do livro, outras vozes podem empreender esse modo de retornar ao passado clandestino sem o desejo de o destruir por completo, preferindo pensar essa volta como um exercício de exploração dos limites, das falhas e de recomposição das ligações que o poder ditatorial e a ordem patriarcal interromperam.

A literatura reformula sua ligação com o passado ditatorial latino-americano. Ela passa a ser a instância de um trabalho que recupera, de modo mediado e fragmentado, a “língua dos 70” (SABO, 2020) e reencena a biopolítica militante. O foco na dimensão do trabalho realizado para a reprodução da vida presente em *Jamais o Fogo Nunca* se expande também para aquele que produz as vidas políticas, as subjetividades militantes. A narradora de Eltit insiste uma e outra vez e, esbarrando e desviando dos mandatos masculinos de silêncio, recoloca em circulação o vocabulário das esquerdas revolucionárias, modulando esse retorno com a perspectiva crítica do feminismo. O passado ditatorial surge novamente em uma exposição que torna comum a experiência privativa da clandestinidade, explorando seus limites, seus problemas e o isolamento dela

decorrente. A ficção mantém e revela as potencialidades mínimas do discurso do presente e a leitura se expande, tornando-se um jogo associativo que interrompe os silêncios herdados do terrorismo de Estado.

Referências

- AGNEW, Vanessa. Introduction: what is reenactment. *Criticism*, vol. 46, n. 3, p. 327-339, 2004.
- AVELAR, Idelber. Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BADIOU, Alain. Roads to renegacy. Interview by Eric Hazan. *New Left Review*, n. 53, sept-oct, p. 125-133, 2008.
- BARRIENTOS, Monica. La pulsión comunitaria en la obra de Diamela Eltit. Pittsburgh: Latin American Research Commons, 2019.
- BEASLEY-MURRAY, Jon. Posthegemony: political theory and Latin America. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.
- BOSTEELS, Bruno. Marx y Freud em América Latina: política, psicanálisis y religión en tiempos de terror. Trad. Simone Pinet. Madrid: Ediciones Akal, 2016.
- CARVAJAL, Gustavo. Madres, militantes y esposas en Jamás el fuego nunca de Diamela Eltit y Libroto de Família de Pía González. *Universum*, vol 35, n. 1, p. 288-312, 2020.
- DAFLON, Claudete. Meu país é um corpo que dói. Belo Horizonte: Relicário, 2022.
- ELTIT, Diamela. Gênero e dor. Trad. Camila Carvalho. *Ipotesi, Juiz de Fora*, v. 24, n. 2, p. 248-254, jul./dez. 2020 [2013].
- ELTIT, Diamela. Jamais o Fogo Nunca. Trad. Julián Fuks. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017 [2007].
- ELTIT, Diamela. Viver e escrever no Chile de Pinochet. História da Ditadura. [Entrevista cedida a] Natália Guereilus e Roberto Rosa. Vídeo. 2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=7A4ocj6ullQ>>. Acesso em 20/01/2023.
- FANDIÑO, Laura. Acomodar la vida sobre esa arena tan movediza: Las memorias de los hijos em la literatura de Argentina y Chile. Ebook. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2016.
- FEDERICI, Silvia. "Salários contra o trabalho doméstico" In. O ponto zero da revolução. Trad. Coletivo Sycorase. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNÁNDEZ, Nona. El enredo del tempo. *Revista de la Universidad de México*, n. 867/868, p. 75-79, dez., 2020.
- GARRAMUÑO, Florencia. Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea. Trad. Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar Comum. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.
- HIRSCH, Marianne. The generation of postmemory. *Poetics Today*, vol. 29, n. 1, p. 103-128, mar., 2008. DOI: <https://doi.org/10.1215/03335372-2007-019>
- IDIART, Cecilia Sánchez. Después de la derrota. Temporalidades y estéticas de la vida común en Jamás el Fuego Nunca de Diamela Eltit y El Dock de Matilde Sánchez. *CELEHIS*, v. 25, n. 32, p. 125-140, 2016.
- JELIN, Elizabeth. La lucha por el pasado: como construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.
- KLINGER, Diana. A resistência: uma vida. *Alea: Estudos Neolatinos [online]*, v. 20, n. 2 pp. 184-195, 2018. <https://doi.org/10.1590/1517-106X/2018202184195>
- LAPOUJADE, David. As Existências Mínimas. Trad. Hortencia Santos Lencastre. São Paulo: n-1, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. ¿Te acuerdas de la revolución? Minorías y clases. Trad. Fermín Rodríguez. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2022.
- NEUSTADT, Robert. CADA DÍA: la creación de un arte social. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2001.
- PRON, Patricio. Jamás el fuego nunca. *Letras Libres*, 07/03/2013. Disponível em: < <https://letraslibres.com/libros/jamas-el-fuego-nunca/>>. Acesso em 05/02/2023.
- RANCIÈRE, Jacques. Democracia ou consenso. In: O Desentendimento: política e filosofia. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 99-122.
- RICHARD, Nelly. "Huellas de la violencia, retorica del consenso y dislocaciones subjetivas". In. _____ . Zona de Tumulto: memoria, arte y feminismo. Textos reunidos de Nelly Richard: 1986-2020. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2021 [1998].
- RUÍZ, María Olga. Mandatos militantes, vida cotidiana y subjetividad revolucionaria en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile (1965-1975). *Revista Austral de Ciencias Sociales*, n. 28, p. 163-182, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4206/rev.austral.cienc.soc.2015.n28-09>
- SABO, Maria José. La construcción de una nueva lengua em la post-dictadura argentina. Entre Punto de vista y los textos periodísticos de Rodolfo Fogwill. *Caracol*, São Paulo, n. 19, p. 796-829, jan./jun., 2020.
- SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016). 2ª reimp. São Paulo: Elefante, 2018.
- SARLO, Beatriz. Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Uma discusión. 1ª ed. 2ª reimpresão. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- SELCI, Damián. La organización permanente. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial las Cuarenta; El río sin orillas, 2020.
- SOTO, José Antonio Rivera. La muerte del tiempo utópico en Jamás el Fuego Nunca de Diamela Eltit. *Acta Literaria*, n. 39, p. 125-130, 2009.
- TRAVERSO, Enzo. Melancolia de Esquerda: marxismo, história e memória. Trad. André Bezamat. Belo Horizonte: Editora Âyné, 2018.
- VIDAL, Paloma. "Continuamos ainda nesta viagem obscura e secreta": memória e resistência na

narrativa de Diamela Eltit. Ipotesi: revista de estudos literários, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 39-46, 2007.

VIDAL, Paloma. Configurações do comum na narrativa latino-americana contemporânea. In. SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot. (org.). Escritas da violência: Representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 86-95.

VIDAL, Paloma. Depois de tudo: trajetórias na literatura latino-americana contemporânea. 2006. 234 f. Tese. (Doutorado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.